



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM SOCIOLOGIA**

GABRYEL LUAN COSTA NASCIMENTO

**AS PERCEPÇÕES *EM SI* E *PARA SI* DOS TRABALHADORES POR CONTA
PRÓPRIA DE RUA NO CENTRO DE CAMPINA GRANDE - PB**

**CAMPINA GRANDE - PB
2023**

GABRYEL LUAN COSTA NASCIMENTO

AS PERCEPÇÕES *EM SI* E *PARA SI* DOS TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA DE RUA NO CENTRO DE CAMPINA GRANDE - PB

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a/ao Coordenação /Departamento do Curso de Licenciatura em Sociologia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Sociologia.

Área de concentração: Sociologia do Trabalho.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Waltimar Batista Rodrigues Lula.

**CAMPINA GRANDE – PB
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

N244p Nascimento, Gabryel Luan Costa.
As percepções em si e para si dos trabalhadores por conta própria de Rua no Centro de Campina Grande - PB [manuscrito] / Gabryel Luan Costa Nascimento. - 2023.
33 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Sociologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2023.

"Orientação : Profa. Dra. Waltimar Batista Rodrigues Lula , Departamento de Filosofia e Ciências Sociais - CEDÚC. "

1. Informalidade. 2. Trabalho informal . 3. Consciência de classe. I. Título

21. ed. CDD 301

GABRYEL LUAN COSTA NASCIMENTO

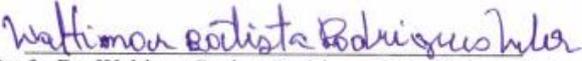
AS PERCEPÇÕES *EM SI* E *PARA SI* DOS TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA
DE RUA NO CENTRO DE CAMPINA GRANDE - PB

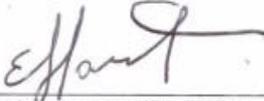
Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado a/ao Coordenação /Departamento
do Curso de Licenciatura em Sociologia da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
Licenciado em Sociologia.

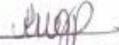
Área de concentração: Sociologia do Trabalho.

Aprovada em: 29/11/2023

BANCA EXAMINADORA


Profa. Dr. Waltimar Batista Rodrigues Lula (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Esp. Eduardo Jorge dos Santos
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Dr. Eugênio Vital Pereira Neto
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A minha mãe e avó, pela constante atenção e dedicação a mim conferido, dedico este trabalho.

“O opressor mais eficiente é aquele que persuade seus subalternos a amar, desejar e identificar-se com seu poder; e qualquer prática de emancipação política envolve portanto a mais difícil de todas as formas de liberação, o libertar-nos de nós mesmos.” (Eagleton, 1997, p. 13).

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	O TRABALHO INFORMAL DE RUA COMO FATOR ECONÔMICO E SOCIAL	11
3	A DINÂMICA DOS TRABALHADORES INFORMAIS POR CONTA PRÓPRIA NA REALIDADE DAS RUAS CENTRAIS: REFLETINDO SOBRE AS POSSIBILIDADES DE COOPERAÇÃO	17
4	A CONSCIÊNCIA DOS TRABALHADORES INFORMAIS DE RUA: IMPLICAÇÕES DA CLASSE <i>EM SI</i> E <i>PARA SI</i>	22
5	CONCLUSÃO	28
	REFERÊNCIAS	29
	APÊNDICE – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	31

AS PERCEPÇÕES EM SI E PARA SI DOS TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA DE RUA NO CENTRO DE CAMPINA GRANDE - PB

THE PERCEPTIONS OF SELF-EMPLOYED STREET WORKERS IN THE CENTER OF CAMPINA GRANDE - PB

Gabryel Luan Costa Nascimento*

RESUMO

Este artigo pretende apresentar a consciência de classe do trabalhador por conta própria, ambulante e com ponto fixo, na condição de informalidade nas ruas centrais do centro de Campina Grande – PB. Apontando o trabalhador como classe em si, passível de construir uma consciência para si. O objetivo foi apontar as características socioeconômicas e compreender suas percepções sobre as condições materiais de existência. A pesquisa foi guiada por uma perspectiva qualitativa sobre a consciência do trabalhador como um produto de sua própria realidade, refletindo na necessidade de constituir uma consciência para si enquanto sujeito de classe. A base qualitativa se deu com autores como Althusser e Lukács na tradição marxista, além de autores como Braga, Cacciamali e Tiengo para tratar do fenômeno da informalidade. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas para compreensão da questão posta na pesquisa. A informalidade do trabalho de rua é marcada por um caráter duplo de insegurança social, nas relações do trabalho e quanto ao local de trabalho. Portanto, é necessário historicizar o fenômeno da informalidade como um elemento constituinte do desenvolvimento capitalista. Contribuindo para apontar este modo de produção como desenvolvido pelas tensões e relações de classe.

Palavras-chave: Informalidade; Trabalho informal de rua; Consciência de classe.

ABSTRACT

This article intends to present the class consciousness of the self-employed, itinerant and fixed-point worker, in an informal condition on the central streets of the center of Campina Grande – PB. Pointing out the worker as a class in itself, capable of building a conscience for itself. The objective was to highlight socioeconomic characteristics and understand their perceptions about the material conditions of existence. The research was guided by a qualitative perspective on the worker's consciousness as a product of their own reality, reflecting on the need to establish a consciousness for themselves as a class subject. The qualitative basis was based on authors such as Althusser and Lukács in the Marxist tradition, as well as authors such as Braga, Cacciamali and Tiengo to address the phenomenon of informality. Semi-structured interviews were carried out to understand the question posed in the research. The informality of street work is marked by a double character of social insecurity, in work relationships and in the workplace. Therefore, it is necessary to historicize the phenomenon of informality as a constituent element of capitalist development. Contributing to pointing out this mode of production as developed by class tensions and relations.

* Graduando em Licenciatura em Sociologia, gabryel.nascimento@aluno.uepb.edu.br

Keywords: Informality; Informal street work; Class consciousness.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo busca compreender a consciência de classe dos trabalhadores informais por conta própria de rua no centro de Campina Grande – PB, a partir de suas condições de classe experienciadas em um setor de trabalho marcado pela insegurança social. Essas condições de insegurança social são de um caráter duplo, no qual, além de não ser assegurado socialmente pelo seu trabalho, os trabalhadores informais de rua não encontram segurança em seu espaço de trabalho.

Sendo assim, a atividade produtiva que posiciona socialmente o trabalhador de classe é decisiva para refletir e apontar as possibilidades de sua consciência de classe. A consciência de si enquanto trabalhador, ao se deparar com sua própria realidade torna-se consciente de sua condição de classe. Deve-se ressaltar que essa consciência deve demonstrar interesses para si, ou seja, a partir desse ato de assimilar sua realidade passar a refletir enquanto sujeito que compõe uma classe e busca melhores condições dentro dela.

Esses trabalhadores informais se encontram nas calçadas de algumas ruas centrais de Campina Grande – PB, sendo eles do tipo por conta própria, também conhecidos como autônomos, que vão desde vendedores ambulantes com equipamentos que ajudem em sua mobilidade¹, até trabalhadores com pontos fixos com os chamados camelôs. São trabalhadores que se utilizam de estratégias para guiar seu processo produtivo no cotidiano, justamente porque seu setor de trabalho é caracterizado pela não segurança social.

Para Cacciomali (1982, p. 9), a informalidade apresenta-se como o trabalho autônomo que existe e persiste nos interstícios da produção capitalista. Assumindo formas de trabalho com pequena produtividade à medida que a produção capitalista se desenvolve e subordina. Sendo o trabalho por conta própria uma dessas formas emergentes.

Assim, o presente artigo considera as relações socioeconômicas e do trabalho desses atores com as instâncias legais, com o Estado e seus aparelhos, assim como a própria relação entre eles neste espaço público. A inserção desses trabalhadores na informalidade corresponde a um acesso para subsistência ou até mesmo trabalhadores que procuram um maior rendimento do que teriam em um trabalho formal.

As considerações sobre a informalidade como um fenômeno social e do trabalho levam em conta as determinações de uma produtividade da lógica capitalista, de sua produção material da vida e produção da consciência mediante as bases reais. Assim como sua relação condicionante com as demandas do setor formal e, conseqüentemente, como isso pode resultar na luta de classes dentro de uma sociedade de base moderna burocrática.

A realidade vivida pela classe trabalhadora não se dá de maneira uniforme, a informalidade através de suas múltiplas formas de trabalho autônomo representa um exemplo dessa categorização na divisão social do trabalho. Nesse sentido, cabe indagar sobre como se dão as percepções desses trabalhadores informais de rua sobre suas próprias condições de trabalho. A partir dessa realidade de precariedade em que se exalta um duplo caráter de insegurança social, como que descrevem suas condições de classe *em si* para a construção de uma consciência de classe *para si*?

A pesquisa objetivou apontar as condições materiais de existência do trabalhador informal por conta própria das ruas centrais de Campina Grande -PB. Assim como avaliar

¹ Utilizam-se de equipamentos como carro de mão, mochila de costa, caixa térmica, bicicleta para circularem nas ruas do centro.

suas percepções sobre a condição de classe, para então relatar a consciência do trabalhador no que tange a classe em si e para si.

Para tanto, a pesquisa foi construída por uma abordagem qualitativa mais adequada para compreender o fenômeno aqui proposto. Uma pesquisa de natureza qualitativa, e de acordo com Appolinário, (2006, p. 61), “pesquisa preponderantemente qualitativa seria, então, a que normalmente prevê a coleta dos dados a partir de interações sociais do pesquisador com o fenômeno pesquisado.”. Buscando compreender a realidade do contexto a partir da visão de mundo dos trabalhadores, sabendo-se que esta realidade é construída pela vivência concreta e histórica. Para a interpretação da revisão bibliográfica sob o tema da informalidade e alguns aspectos da teoria marxista foram aplicadas quatro (4) entrevistas semiestruturadas.

No artigo, inicialmente são discutidas as questões teóricas relacionadas à informalidade do trabalho de rua e as relações sociais que se estabelecem a partir desse tipo de trabalho, bem como os fatores econômicos que condicionam o setor informal. Em seguida, são abordadas as percepções dos trabalhadores, permitindo uma análise dos aspectos ideológicos com base na análise do discurso.

A análise se deu apresentando a relação da fala destes atores com seu contexto. Para Maingueneau (2015), algumas noções do que vem a ser o *discurso* circunscrevem algo que possa estruturar um conjunto de “crenças”, assim como pode ser uma forma de “atravessar” um corpo social. De acordo com o autor, o filósofo Pêcheux empreende uma análise dos *textos* na qual busca “revelar a ideologia que eles estão destinados a dissimular” (2015, p. 19). O que é fundamental para a presente análise.

Para além dos critérios do campo da linguística, algumas tendências expõem a construção dos sentidos por meio de um dinamismo social e comunicacional. O interdiscurso na perspectiva do filósofo Pêcheux, por exemplo, considera uma gama de relações existentes, em que um discurso se constitui a medida em que coexiste com outros do mesmo gênero.

Pensar, no presente caso, a constituição discursiva que o trabalhador informal toma para si de um sujeito “autônomo” como um discurso que existe simultaneamente com a venda do ideal empreendedor, perpetuado em várias outras esferas sociais. Nesse caminho, “a fala nunca é concebida como o lugar em que a individualidade se põe soberanamente” e, para Pêcheux, o sujeito não é capaz de ser a “origem do sentido” (Maingueneau, 2015, p. 28).

Por fim, são apresentadas as bases para a formação da consciência, destacando a importância da consciência de classe como um projeto político, com base nas ideias de Lukács, e relacionando isso com a realidade dos trabalhadores informais de rua.

2 O TRABALHO INFORMAL DE RUA COMO FATOR ECONÔMICO E SOCIAL

A informalidade do trabalho é caracteristicamente marcante no mercado de trabalho brasileiro desde o século XX. Pelo menos na segunda metade desse século ela tomava grandes proporções, tanto em empresas como nas próprias relações de trabalho. Sendo uma informalidade que andava lado a lado com a pobreza. Como descreveria Barros, em prefácio à *Causas e Consequências da Informalidade no Brasil* “[...] era comum nossos avós trabalharem a vida toda, nossos pais trabalharem a vida toda e filhos trabalharem a vida toda sem a possibilidade de escaparem da pobreza em qualquer momento da vida” (De Holanda Barbosa Filho et al., 2016, p. ix). Como se não bastasse o trabalho está naturalizado nestas três fases da vida. Isso constituía o cenário brasileiro nos termos de sua economia e consequentemente das condições sociais dos seres.

O avanço da informalidade desencadeado desde o final deste século passado representa então a ordem totalizadora das demandas do capital e de suas várias formas. Isso significa dizer que a informalidade não é apenas um formato atual de precariedade do

trabalho, mas é também um produto histórico de crises do modo produção capitalista. Em que o trabalho informal avança socio historicamente, à medida que surge também um aumento no desemprego, em medidas de redução nos direitos trabalhistas etc. (Tiengo, 2020).

Tal ordenamento da totalidade desse modo de produção carrega consigo as determinações de um *sistema social*, que é intrinsecamente constituído por elementos do *sistema do capital*, tais como o monetário, ou em sua forma mercantil e até mesmo da produção de mercadorias. Segundo Mészáros (1998, p. 7), estes elementos são historicamente anteriores ao próprio modo de produção capitalista e detinham subordinação sistêmica apenas para “controle do metabolismo social” em outros modos de produção, mas, “sob a forma do capitalismo burguês”, esses elementos se estruturaram para a consolidação de um sistema social que busca então universalizar-se e eterniza-se na consciência dos indivíduos.

Por outro lado, o que marca as primeiras décadas do século XXI no Brasil é justamente uma reviravolta neste contexto anterior. Em que do ano de 2003 a 2013 houve uma queda de 1/3 do valor inicialmente estimado da pobreza (correspondente a uma queda de 18% para 6%). Sendo um processo sistematicamente ancorado na própria renda do trabalho sob vias da formalização (De Holanda Barbosa Filho et al., 2016). Isso demarcou, inevitavelmente, grandes transformações de ordem social e econômica para os cidadãos brasileiros.

Nestas circunstâncias, a informalidade brasileira além de circunscrever idas e vindas no contexto nacional, ela é também caracteristicamente abrangente no Brasil. Talvez este último fato leve ao primeiro. Desse modo, no Brasil o trabalho informal é geralmente associado ao emprego sem carteira assinada e ao trabalho por conta própria. Sendo que num contexto mais global ela, via de regra, está associada a não contribuição para previdência social (De Holanda Barbosa Filho et al., 2016).

Sendo assim, é possível compreender os fatores econômicos e sociais que classificam os trabalhadores informais em suas relações na produtividade que desempenham em seu trabalho. Se o trabalho é caracteristicamente pouco produtivo suas relações de trabalho podem se demonstrar escassas, assim como seus benefícios não serão constantes perante a seguridade legal.

O fato de a informalidade ser encarada como um setor que tem proporcionalmente baixa produtividade não significa dizer que está isenta da lógica capitalista. Assim como apontar que suas relações podem ser consequentemente escassas não significa dizer que os trabalhadores desse setor trabalhem menos. Em certa medida, a questão se encontra exatamente nos esforços que precisam direcionar em sua atividade produtiva, a medida em que existirá um acúmulo de funções para estes trabalhadores (de gestão e ao mesmo tempo produção do trabalho) e a partir disso não encontrarão garantia nenhuma de serem beneficiados de forma segura sobre esse maior esforço.

Por outro lado, o trabalhador formal será assegurado mediante a ligação formal burocrática que as empresas capitalizadas tem com as instâncias estatais. Enquanto o trabalhador informal busca se inserir nessa dinâmica com uma base econômica instável, para assim se estabelecer. Essa base econômica não garante seu estabelecimento no mercado porque por vezes trata-se de tirar de sua própria renda de subsistência, na esperança de um rendimento futuro. Segundo Cacciomali (1982, p. 32):

As grandes empresas ao imprimirem sua dinâmica sobre o espaço econômico, delimitam os interstícios permissíveis para a produção informal, isto é, ao se fixarem, determinam, em um só movimento e de forma simultânea, o leque das possíveis formas de produzir informalmente em um dado momento.

Por “espaço econômico” a autora compreende as possíveis *ramificações* que uma certa produção toma e suas variadas *formas* assumidas mediante a necessidade social num dado contexto. Pensar por exemplo, o contexto de produção de calçados na própria cidade de

Campina Grande – PB, sob a produtividade industrial padrão e formal, como determinante para a ocupação de certos trabalhadores informais na venda de sandálias nas ruas centrais da cidade. O que é o caso de uma parcela dos trabalhadores informais com pontos fixos nas calçadas das ruas². Embora não se trate de um contato direto de distribuição de tal produção de calçados com a comercialização dos trabalhadores informais nas ruas do centro, pode-se evidenciar um vácuo existente, em que essa produção não desemboca numa distribuição localmente. Sendo assim, surge a necessidade de venda de tal produto em certos espaços da cidade em que é, conseqüentemente, oportuno aos trabalhadores informais.

Dessa forma, considerando o desenvolvimento capitalista, algumas atividades informais podem chegar a serem extintas à medida que a produção formal capitalizada ocupa os espaços. Resultando na uniformização das relações de produção e reprodução, tendo como ponto de partida a organização produtiva do meio formal capitalista. Ou seja, abrem-se interstícios nos espaços sociais conforme a produtividade capitalista se ramifica social e economicamente. Sendo as ramificações e os interstícios suscetíveis a mudanças de acordo com o espaço tempo. As ocupações por lacunas nos espaços, representam uma certa sobra aos trabalhadores informais, evidenciando a relação de subordinação da informalidade para com o processo produtivo padrão capitalista. Logo, trabalho informal apresenta-se como o que resta de produtividade sob condições sociais precárias.

Nestes termos, a classificação dos fatores econômicos e sociais consideram a intrínseca relação entre produção e reprodução, no que diz respeito principalmente a ocupação comercial dos trabalhadores informais conforme se apresenta a necessidade social do que se produz no meio formal das empresas. Para assim apresentar-se as possibilidades de produção de bens e serviços oferecidos pelos trabalhadores informais. Embora encontre-se aqui uma questão problema, de encarar tal produção padrão dentro processo de globalização que viabiliza para as respectivas empresas uma maior acumulação conforme a distribuição em larga escala. Conseqüentemente, talvez seja deparado com um problema sobre desenvolvimento: se o que é produzido é antes de mais nada redistribuído localmente.

No caso da abordagem em questão, refere-se aos trabalhadores informais das ruas centrais de Campina Grande – PB, a predominância é do trabalho por conta própria que “combina características de emprego e empreendedorismo” (De Holanda Barbosa Filho et al., 2016, p. 13). Esses têm justamente uma maior participação nesse setor de trabalho na esfera nacional, juntamente com os trabalhadores sem carteira. O que aglutina também a característica marcante de baixa produtividade.

A organização da produção do trabalho informal é caracterizada pelo pouco capital, pela participação familiar, pela falta de amparo de políticas governamentais, assim como é marcada por um mercado competitivo. E também profundamente marcada por conflitos ideológicos, em seu latente sentido de falseamento da realidade. Em que fica difícil de saber quando que se trata de uma simples escolha do indivíduo de estar ali ou quando existe no contexto inúmeros fatores ideológicos da própria lógica de exploração da força de trabalho pelo capital.

De acordo com a Cacciamali (1982, p. 27), é possível apontar alguns itens, característicos na literatura sobre a informalidade, que são essenciais para a classificação de sua produtividade. Tais como:

- (i) o produtor direto é o possuidor dos instrumentos de trabalho e/ou de estoque de bens para realização de seu trabalho e se insere na produção sob a forma simultânea de patrão e empregado. (ii) Ele emprega a si mesmo e pode lançar mão de trabalho familiar ou de ajudantes como extensão do seu próprio trabalho; obrigatoriamente

² De acordo com o item “tipo de produto” das Anotações do Pesquisador no roteiro de entrevista, em torno de 14,3% dos trabalhadores informais vendem sandálias.

participa diretamente e conjuga essa atividade com aquela de gestão. (iii) O produtor direto vende seus serviços ou mercadorias e recebe um montante de dinheiro que é utilizado, principalmente para consumo individual e familiar e para manutenção da atividade econômica; e, mesmo que o indivíduo aplique seu dinheiro com o sentido de acumular a forma como se organiza a produção, com apoio no próprio trabalho, em geral, não lhe permite tal acumulação. (iv) A atividade é dirigida pelo fluxo de renda que a mesma fornece ao trabalhador e não por uma taxa de retorno competitivo, e é desta renda que se retira os salários dos ajudantes ou empregados que possam existir. (v) Nesta forma de produzir não existe vínculo impessoal e meramente de mercado entre os que trabalham – entre estes se encontra, com frequência, mão de obra familiar. (vi) O trabalho pode ser fragmentado em tarefas, mas isso não impede ao trabalhador aprender todo o processo que origina o produto ou serviço final, processo esse muitas vezes descontínuo ou intermitente, seja pelas características da atividade, pelo mercado ou em função do próprio produtor.

Sendo assim, este conjunto de características compactuam para o processo de individualização dos trabalhadores, tanto em ocupação produtiva assim como na maneira pela qual passam a guiar conscientemente seu trabalho. Cria-se um arranjo social (nos meios de ocupação deste tipo de trabalho) mediado pela lógica do sujeito que empreende por ele e para ele mesmo. Configura-se, assim, recursos ideológicos para individualização dos seres e a materialização das formas de trabalho por sobrecarga. Os fatores econômicos se destacam como “baixas” variações de produtividade diante da produção padrão formal; a medida em que os fatores sociais revelam condições de vidas inseguras, mas que carregam consigo uma validação ideológica.

Sem dúvidas o trabalho informal é uma forma emergente do desenvolvimento do sistema produtivo do capitalismo. No qual todo o conjunto de “relações sociais” que se criam em função do trabalho informal e para sua realização acabam sendo, por sua vez, submetidas à “hegemonia do capital” (Coggiola, 2021, p. 12). Mas cabe pensar se o trabalho do trabalhador que se encontra em condições de informalidade nesta sociedade acompanha seu ritmo, o próprio ritmo do sistema do capital neste modo de produção. Surge uma questão evidentemente básica, mas que por vezes camuflada: se os seres – sendo nesta sociedade classificados como trabalhadores pela pressuposição antagônica de que há uma outra classe, em uma posição benéficamente contrária – acompanham o ritmo estruturador que os condicionam socialmente. Logo, informalidade enquanto fator social pressupõe uma dinâmica, que esteja neste caso, redigida pelo modo de produção capitalista.

O trabalho, não o trabalhador em si mesmo, serve ao capital (Coggiola, 2021). No caso do trabalhador informal, ele rende ao capital pelo fato de se inserir nas relações mercadológicas. A questão a ser refletida aqui é se, por outro lado, nesta relação (capital/trabalho), o trabalhador informal desfruta ao menos de suas condições materiais de existência, em termos de seguridade social e não de rendimento.

Com efeito, tratar da categoria trabalho é delimitar fatores econômicos que sejam capazes de demarcar o contexto de um determinado tipo de trabalhador. E, no caso do trabalhador informal esse tratamento se dá mediante a observação de suas conquistas que se dão tão somente a partir de seu trabalho no dia a dia. De modo que, serão ganhos econômicos deparados com a locução prepositiva *a pesar de*. São trabalhadores que carregam consigo um modo resistente de estar no mundo do trabalho, pois sua força produtiva é guiada pelo ritmo da incerteza que é ser humano, que ao mesmo tempo está sob o ritmo predatório do capital de exploração excessiva. Suscita-se a seguinte questão: se os trabalhadores informais seriam socialmente definidos pela falta.

As categorias sociais que se encontram sistematicamente determinadas pelo capitalismo, são moldes produtivos que estruturam esta sociedade. Sendo assim, o meio social em que se desenrolam as relações de trabalho, que tem como meio a informalidade, aglutinam condições reais para que o modo de produção capitalista continue de pé. Resta medir em que

condições esta categoria está somando neste modo de produção. Sobre quais as condições sociais que caracterizam a atividade do trabalho informal.

Pensar sobre o que dissimula a permanência nessas condições sociais, o que leva os trabalhadores até as condições de insegurança social, assim como os que ali buscam permanecer, é direcionar sentidos políticos do que sistematicamente isso pode ser determinado. Ao observar o direcionamento político nesta situação desemboca na assimilação real de que posições como a informalidade são frutos do antagonismo de classe. Em que há a negação gradativa dentro do próprio meio formal, dos direitos que estão em jogo; para assim surgir a informalidade como alternativa de melhoria ou como “única alternativa”³ sob uma ordem ideológica.

O processo inicialmente descrito sobre a inconstância do mercado de trabalho no contexto brasileiro, desde a segunda metade do século passado até as décadas iniciais do século XXI, é um processo que antecede o presente momento de informalidade que carrega consigo grande carga ideológica.

Na totalidade do modo de produção capitalista todos os insumos se resumem a mercadorias, por estarem eles mesmo já imersos no processo geral de produção (Giannotti, 2013). É por este mesmo caminho que ao tratar de informalidade do trabalho, diz-se que este tipo de trabalho não está isento dos propósitos do capital. A informalidade acaba por se definir, no presente modo de produção, como “uma forma de obter um maior aviltamento do trabalho assalariado” e a luta de classes nesta sociedade se dá mediante termos legais da formalidade do trabalho, em que o setor informal de trabalho circunscreve por si só, a negação de direitos trabalhistas pela aceitação estatal em prol do capital (Tiengo, 2020. p. 97).

3 A DINÂMICA DOS TRABALHADORES INFORMAIS POR CONTA PRÓPRIA NA REALIDADE DAS RUAS CENTRAIS: REFLETINDO SOBRE AS POSSIBILIDADES DE COOPERAÇÃO

As condições de insegurança social na qual os trabalhadores informais de rua estão postos tem por base fundante a falta de seguridade social. Não possuindo condições concretas de inserir seus processos de trabalho num lugar que vos pertença, os trabalhadores informais de rua se colocam, a partir de seu trabalho, num campo de elaboração de estratégias cotidianas para permanecer sobrevivendo. Alocam-se produtivamente e estrategicamente em espaços urbanos como forma de ocupação cotidiana.

A ocupação das ruas centrais de Campina Grande – PB é, por si só, uma maneira estratégica de subsistência e de rendimento por parte dos trabalhadores informais do tipo por conta própria. O desempenho de seu trabalho configura no conjunto das relações urbanas a oferta de serviços mediante a necessidade dos clientes, mas um outro aspecto que perpassa este cotidiano do trabalhador informal é a relação dele com alguns órgãos estatais.

A dinâmica em que se forma o corpo social de relações deste tipo de trabalho, no espaço de centralidade urbana, é marcado então por práticas institucionalizadas e práticas revigoradas pelo fluxo do cotidiano. Em referência ao historiador E. P. Thompson, Corcuff cita que o processo social de formação de classes não se apresenta de maneira estanque pelas próprias condições de produção. Mas, sobretudo, por forças simultâneas de “um processo ativo, realizado por agentes tanto quanto por condições” (Thompson, 1988 *apud* Corcuff, 2001, p. 128). Desse modo, o trabalhador informal dentro da classe trabalhadora não se define

³ A este respeito, cerca de 43% dos trabalhadores por conta própria de rua abordados, alegaram não ter acesso a outro trabalho além deste informal.

simplesmente em suas condições de explorado, mas por um fator relacional para com outras classes e grupos econômicos.

Além disso, ao observar tal processo social de formação de classe é importante ponderar sobre um fenômeno histórico que se forma por desenvolvimento, em que o interesse de observação se concentra na dinâmica das práticas sociais propulsoras de um sentido social específico a um contexto. Ou seja, é preciso observar a carga de sentido e discursividade dos sujeitos trabalhadores no contexto da informalidade de rua. Logo, não se trata de focar no agora vendo-o como uma causa. As determinações expostas no trabalho informal são provenientes da relação capital/trabalho de um dado momento do capitalismo, assim como da representação estatal predisposta ao capital. Isso numa dinâmica espaço tempo.

Destaca-se práticas no fluxo do cotidiano como o meio pelo qual o trabalhador informal realizará sua atividade que o caracterizará enquanto tal. A medida em que as práticas institucionalizadas se expressarão nos *aparelhos de Estado* (Althusser, 1980), como no caso da vigilância urbana policial e, conseqüentemente, como ela lida com os trabalhadores de rua.

O que pensar de um trabalho, obviamente integrado por sujeitos da classe em si, que desempenha um papel de inibir outras formas de trabalho? No primeiro caso, temos a atuação da polícia como um aparelho do Estado, e no segundo caso, temos os trabalhadores informais, que estão fora da ordem social e da legislação do mercado de trabalho. De acordo com a teoria do modo de produção, isso articula no mundo concreto as condições de produção do capital resguardadas por sua reprodução mediante os aparelhos de Estado.

No centro da cidade de Campina Grande, é frequente encontrar repressão ao trabalhador informal, vinda do policiamento local. O trabalho informal fixou-se socio culturalmente nesse contexto. Ao descrever a relação com a guarda municipal, um dos trabalhadores informais relata o seguinte: “*eles tratam a gente bem, dá conselho e a gente obedece às ordens pra não atrapalhar nem o meu serviço nem o dele. As vezes eles se estressam, as vezes eles vêm com gritos. Mas normal. É normal, o serviço deles também estressa muito.*” (Masculino, trabalhador ambulante, Av. Floriano Peixoto).

Tal apontamento não busca evidenciar que existe uma relação harmoniosa. Muito menos objetiva contestar o fato de que a repressão direta não esteja acontecendo. Mas, tendo por base conscientemente objetiva que o processo dialético inscreve tensões de classe na sociedade, refletir sobre o que camufla o consentimento estatal sobre o trabalho “informal”.

Na busca de uma síntese sobre a teoria do Estado na tradição clássica marxista, Althusser (1980, p. 38) aponta que um dos aspectos é que “o objetivo das lutas de classe visa o poder de Estado e, conseqüentemente, a utilização feita pelas classes, ou aliança de classes ou de fracções de classes, detentoras do poder de Estado, do aparelho de Estado em função dos seus objetivos de classe”. Assim, o Estado aparece como uma “máquina” capaz de assegurar e conservar, por um dado tempo, a dominação de uma classe sobre a outra. Nessa dominação, se expressa as formas de negação de direitos básicos para determinado grupo de trabalhadores.

O trabalho informal de rua é considerado ilegal perante a legislação na cidade de Campina Grande⁴. Além de considerar a necessidade de suprir as condições materiais de existência do trabalhador que está no trabalho informal, o que está por trás do fato de que nos ideais de bem-estar social, o Estado não poderia permitir tal atividade. No entanto, na prática, os aparelhos de Estado não estão confrontando efetivamente esse desvio da lei.

O que convém observar é que o trabalhador informal de rua está diante de uma negação de seguridade social da qual ele mesmo não dá conta de suprir singularmente

⁴ De acordo com a ementa que institui o Plano Diretor para Mobilidade Urbana do município de Campina Grande – PB (2015), a Faixa de circulação ou Passeio se restringe a definição de: “parte da calçada destinada exclusivamente à livre circulação de pedestres” (Seção I – dos conceitos e definições, inciso XXI).

enquanto sujeito. Para Tiengo (2020, p. 97), “o trabalho continua fundamental para a sociedade, todavia sua forma e seus benefícios são outros. Não mais estáveis, com diversas garantias, mas temporário, precário, precarizado, instável e informal.”. Sendo, esses trabalhadores duplamente precarizados pela não seguridade social nas relações de trabalho, assim como a não seguridade no local de trabalho.

Na diferenciação fundamental de Aparelho Ideológico de Estado para Aparelho de Estado, Althusser (1980) destaca que este último se caracteriza pela repressão com violência, enquanto que no aparelho Ideológico de Estado seu funcionamento se dá pela ideologia. De modo que um funciona “massivamente” pela repressão física e outro “massivamente” pela ideologia, mas nunca puramente por um ou por outro. O autor ainda evidencia que:

Se quisermos considerar que em princípio a classe dominante detém o poder de Estado (de uma forma franca ou, na maioria das vezes, por meio de Alianças de classe ou de frações de classe), e dispõe, portanto, do Aparelho (repressivo) de Estado, podemos admitir que a mesma classe dominante é ativa nos Aparelho Ideológicos de Estado. (Althusser, 1980, p. 48).

Por sua vez, subentende-se que, para que o trabalho informal esteja em pleno funcionamento nos espaços públicos urbanos – sendo ele desviante das determinações burocráticas do aparelho de Estado – é porque ele é funcional ao capital. Tiengo (2020, p. 97) ainda aponta que: “o capital percebe que poderia ganhar ainda mais com um trabalhador sem direitos trabalhistas, e o Estado regulamenta e aceita o trabalho informal”.

No caso dos trabalhadores informais de rua no centro de Campina Grande, que são do tipo por contra próprio, isso se expressa no fato de estarem imersos nas relações mercadológicas do ciclo produtivo. Já que este tipo de trabalhador, considerado “autônomo”, não está gerando um rendimento direto para algum patrão.

No que diz respeito a relação dos trabalhadores informais das ruas centrais com a gestão pública e seus aparelhos, o discurso varia em certa medida. Não significa que escapem das formas de repressão, mas como os trabalhadores a assimilam ou considerando o grau de contato que eles têm com essa repressão. Para os trabalhadores com pontos fixos nas calçadas, o que atravessa seus discursos é apontar a necessidade de um lugar apropriado para realizar sua atividade de trabalho.

Ao ser indagado sobre qual a impressão que têm de como os gestores públicos lidam com seu trabalho naquele espaço central da cidade, um dos trabalhadores responde:

“Eles olham para a gente, eu acho, de uma forma diferente, entende? Que não tem essa visão voltada a viabilizar um local para a gente poder trabalhar. E comercializar nossas mercadorias, nossos produtos. Eu acho que deveria ter um olhar diferente voltado para isso.” (Masculino, vendedor com ponto fixo, praça Clementino Procópio).

E não que no caso dos trabalhadores ambulantes não sintam essa falta, mas eles têm experiências diretas com aparelhos de repressão por estarem circulando pelas ruas. E, dessa forma, seu discurso passa a demonstrar um contexto de maior instabilidade, mas que igualmente é uma realidade que não passa de elaborar estratégias constantes no cotidiano.

Ao ser indagado com o mesmo enunciado sobre qual impressão se tem da gestão pública e se já observou alguma ação direta que veio em benefício dos trabalhadores informais de rua, um dos trabalhadores ambulantes responde: “*Não, não, não! Isso aí não veio não. Ao contrário! Eles botam as pessoas para circular para proibirem nós de trabalharmos.*” (Masculino, vendedor ambulante, Av. Floriano Peixoto).

A característica de gestão e produção do trabalho na informalidade, sobrecarregando os trabalhadores do tipo por conta própria, escancara questões simbólicas como na seguinte fala de um trabalhador informal, que relata ficar tudo sob sua responsabilidade:

“Porque na verdade hoje você trabalhar de carteira assinada não recompensa mais porque as coisas estão tudo cara né. E outra, você trabalha muito e ganha pouco. E eu prefiro tá no meio da rua, porque eu tiro mais um pouquinho do que de carteira assinada. Você fica preso você tem que cumprir e aqui eu fico solto. Fica tudo por minha conta.” (Masculino, vendedor ambulante, Av. Floriano Peixoto).

Dessa forma, é preciso destacar que não se trata de um grupo de trabalhadores informais que são determinados por mudanças que emergiram puramente no mundo do trabalho. Tratar-se, de um grupo de trabalhadores que se coletivizam por um perfil em comum, mas que são agentes suscetíveis a serem impulsionados pelas instituições sociais. Instituições essas, que preenchem necessidades, objetivos e sentidos diversos nos indivíduos. Como no caso da instituição social família que, de acordo com as respostas na pesquisa PIBIC, 71,4% dos trabalhadores abordados declararam que o sustento de sua família saía da renda obtida neste trabalho informal.

Não é apenas a informalidade por si só construindo um corpo social no mundo do trabalho, mas de como os trabalhadores interagem com o desenvolvimento deste tipo de trabalho e como os elementos que ligam as relações sociais, como as próprias ideologias, contribuem para a inserção de um trabalhador na informalidade.

De acordo com Eagleton (1997, p. 173), ao tratar de análise do discurso Pêcheux compreende que são fundamentais os conceitos de *formação discursiva* e *processo discursivo*. Na formação discursiva se insere os fenômenos do chamado interdiscurso estruturando tal formação e ela, “portanto, constitui uma “matriz de significado” ou sistema de relações linguísticas dentro do qual são gerados processos discursivos efetivos”. O crítico literário Terry Eagleton em referência a Pêcheux ainda destaca (1997, p. 173):

A própria linguagem é um sistema “relativamente autônomo”, compartilhado igualmente por operário e burguês, homem e mulher, idealista e materialista, mas, justamente porque forma a base comum de todas as formações discursivas, torna-se o veículo de conflito ideológico.

Assim, o trabalhador defrontado com as formações discursivas produzidos no mundo do trabalho, encara certos discursos como se fosse o próprio autor de sua formação e de seus significados.

Os trabalhadores informais de rua são afetados por uma precariedade de caráter duplo: de não seguridade sobre um local para realização de sua atividade produtiva e da falta de seguridade sobre eventuais acontecimentos em suas relações de trabalho. Isso coloca-o, contraditoriamente, em conflito com a informalidade como um fenômeno social que é incapaz de representá-lo enquanto tal numa sociedade caracteristicamente burocrática.

Portanto, para tratar das formas de cooperação entre esses trabalhadores informais, é preciso considerar a dificuldade de se coletivizarem devido o caráter da informalidade de tornar o trabalhador um sujeito invisibilizado socialmente, já que não é representado pela legislação. Por outro lado, as dificuldades com as quais eles se deparam podem suscitar objetivos comuns na busca por melhorias.

Um discurso comum assumido por esses trabalhadores informais de rua, mediante seu contexto específico é propor, como forma de melhorias para seus serviços, que lhes sejam disponibilizado um espaço apropriado para a comercialização de seus produtos. A medida em que também é comum, a partir de suas condições de classe, notarem a negligência do poder público em proporcionar assistência a tal reivindicação. Em entrevista, ao tratar da necessidade de um lugar para se fixar, um dos trabalhadores relata que: “[...] já teve algumas reuniões no ano retrasado, mas eles não tomam providência não...” (Masculino, vendedor ambulante, Av. Floriano Peixoto).

Paralelamente, um outro trabalhador expõe que eles mesmos, entre si, não mantêm nenhuma frequência em reuniões para discutir sobre suas condições. E aponta que deveria ser

algo periódico, possibilitando a criação de um tipo de “associação para poder ganhar força e se organizar” (Masculino, vendedor com ponto fixo, praça Clementino Procópio).

Dessa forma, é importante observar as condições de classe como impulsionadoras à coletivização, conforme as dificuldades experienciadas por trabalhadores de um contexto em específico exaltam a precariedade de uma determinada realidade.

4 A CONSCIÊNCIA DOS TRABALHADORES INFORMAIS DE RUA: IMPLICAÇÕES DA CLASSE EM SI E PARA SI

A história se apresenta à vida humana como um decurso no qual os seres fazem a si mesmos. De um modo que seu estado de vida atual seja resultado de fatores geracionais, assim como possa ser o sujeito de uma coletividade que contribui para novas gerações. Mas fazendo-se no presente, como um sujeito que cria sua história, conjuntamente em seu espaço de contexto.

Este fazer humano, que o coloca num contexto específico de práticas sociais, é formativo para sua consciência porque se faz conjuntamente, enquanto espécie na natureza e dela extraído. A vida lhes é “objeto” e a exterioridade está disposta a sua capacidade prática/teórica. Para Marx (2010, p. 84) “a atividade vital consciente distingue o homem imediatamente da atividade vital animal” e sua “vida lhe é objeto, precisamente porque é um ser genérico”.

Sob certas condições sociais e históricas, em que se desenvolvem os chamados modos de produção, a vida humana passa a se organizar em classes sociais. Ainda com a dependência intrínseca para com a natureza, passando a oferecer riscos constantes a ela e a sua própria sobrevivência. Sendo então, uma produção da vida objetiva que o coloca em condições conscientes de estranhamento. De acordo com Marx (2010, p. 85), “precisamente porque é um ser consciente, faz da sua atividade vital, da sua *essência*, apenas um meio para sua *existência*”.

Marx e Engels (1996), em a Ideologia Alemã, buscam fundamentar a *produção da consciência* nas bases reais de produção da vida. O que se torna estranho aos seres, a partir de suas relações objetivas, é o que se desenvolve na história e se forma nas relações concretas do trabalho. Dessa maneira, as relações sociais na sociedade de classes distribuem posições de poder. Portanto, a produção da consciência em tal sociedade dá-se nos seguintes termos (Marx e Engels 1996, p. 72):

As ideias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como ideias; portanto, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante; portanto as ideias de sua dominação. Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam em toda sua extensão e, conseqüentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de ideias; que regulem a produção e a distribuição das ideias de seu tempo, e que suas ideias sejam, por isso mesmo, as ideias dominantes da época.

O surgimento da informalidade no mundo do trabalho e sua expansão sobre as sociedades, sobretudo aquelas que passam a serem consideradas “subdesenvolvidas”, suscita uma nova forma de refletir sobre essa dominação. Mas não descartando a questão central de considerar por base as relações concretas.

O trabalhador informal ligado ao ideal de autonomia, não é diretamente confrontado com uma empresa ou patrão que represente a classe ou grupo antagônico a sua. A medida em que, conseqüentemente, não está em relação direta com outros trabalhadores num dado

processo produtivo – o que, teoricamente, influenciaria para sua consciência de classe. A questão se complexifica conforme o trabalhador informal de rua é duplamente precarizado e esse ideal de autônomo pode ser ideologicamente influente para perca de forças organizacionais de classe, como na desvinculação sindical⁵.

Assim, o entendimento sobre o que vem a constituir a consciência de classe deve perpassar pela consideração de que é uma forma de assimilar a realidade vivida, mediante a posição dos indivíduos na sociedade de classe capitalista. Por se tratar então de uma forma conscientemente assumida de lidar com a realidade social, a consciência de classe é critério essencial para a própria luta de classes.

Logo, a consciência de classe do trabalhador informal de rua é possível, mesmo estando ainda mais precarizado e, em certa medida, não estando organizado com aqueles que experienciam a mesma realidade. Ela é possível, pois, suas condições materiais de existência são produzidas a partir de um sujeito que é posicionado socialmente na sociedade de classe. Sua realidade é por si só critério para uma consciência *em si* e possibilidade para uma consciência *para si*.

Para tratar essa possibilidade da consciência de classe, que tem por fundamento as condições reais, será necessário aqui, considerar os apontamentos filosóficos, científicos e conceituais do húngaro Georg Lukács em *História e Consciência de Classe*. O autor propõe alguns questionamentos centrais para lidar com a questão, dentre eles: o que significa “teoricamente” a consciência de classe; qual sua função prática na luta de classe; assim como pensar a maneira pela qual pode se dá a consciência dentro da classe trabalhadora, que é histórica e não é um corpo único de trabalhadores com as mesmas condições.

Neste último caso, é importante destacar que o fator histórico dentro da sociedade de classes, nas relações de dominação de classe no modo de produção capitalista, se apresenta como uma história natural, como posições sociais dadas e não desenvolvidas na história. Em prefácio apresentado pela professora Maria Elisa Cevalco, ao livro *A cultura do Dinheiro* do crítico de cultura Fredric Jameson, é salientado:

[...] a interpretação de Marx inclui também um ponto vista a respeito do caráter histórico do capital: ao contrário do que querem fazer crer os apologistas, que veem em seu triunfo atual a finalidade última do progresso histórico, trata-se de um modo de produção como outro qualquer, que se desenvolve e se extingue (Cevalco, 2001. p. 7).

A consciência de classe deve ser também o entendimento sobre a maneira pela qual funciona o modo de produção capitalista, nas relações capital/ trabalho, e que este assim como os anteriores é apenas histórico, logo finito.

Desse modo, nas relações do modo de produção capitalista se esvai o *homem* perante as condições objetivas de força produtiva. As relações sociais dos seres, em seu caráter de objetividade, encontram amparo mediador nas coisas. Sendo o capital não uma coisa em si mesma, mas a capacidade de estabelecer relações entre os seres com mediação das “coisas” (Lukács, 2003).

Pode-se entender a informalidade como um fenômeno social no qual, assim como qualquer outro fenômeno, insere-se na totalidade de uma sociedade e de suas relações concretas. Sendo apenas nas relações concretas que os trabalhadores tomarão consciência. Para Lukács (2003, p. 142):

Essa consciência não é, portanto, nem a soma, nem a média do que cada um dos indivíduos que formam a classe pensam, sentem etc. E, no entanto, a ação

⁵ A obrigatoriedade de contribuição sindical que, por sua vez, previa a organização reivindicatória de uma determinada categoria, passa a ser facultativa de acordo com a Reforma Trabalhista. Lei nº 13.467/2017, Art. 507-B.

historicamente decisiva da classe como totalidade é determinada, em última análise, por essa consciência e não pelo pensamento do indivíduo; essa ação só poder ser conhecida a partir dessa consciência.

A informalidade do trabalho está em condições sociais historicamente determinadas e por isso mesmo sua base real de sustentação se dá na luta de classe nos seguintes termos: a contradição se dá na medida em que a classe se categoriza, ramifica-se nela mesma; em que a consciência se constitui nas relações concretas desse sujeito de classe; e, por vezes, a ideologia (no caso dela ser a dominante) busca distorcer essa realização concreta do sujeito de classe – separando a “produção das ideias” da determinação social e histórica nas quais se produzem (Chauí, 2008. p. 34).

Nas ciências sociais, costuma-se refletir sobre a impossibilidade de um sujeito pensar ou representar algo que esteja para além de sua realidade vivida, ou seja, além da totalidade capitalista. A questão passa a se concentrar no fato de buscar organizar ações de sentido coletivo de classe, a partir das condições objetivas, para assim concretizar seus interesses mediante suas necessidades – ou categoria da classe, considerando a informalidade, para assim direcionar seus interesses conscientemente organizados para conquistas legais nos termos da atual sociedade. A objetividade estará como categoria capaz de elaborar a função histórica da consciência de classe.

A possibilidade de consciência de classe para os trabalhadores informais deve se dar a partir de formulações frente à luta de classes, que se exalta através da degradação do setor formal. Em que a consciência para si desses trabalhadores seja o reconhecimento da necessidade básica de direitos trabalhistas. E não apenas, mas que este caminho seja de imediato um estopim para a realização das condições materiais de existência.

Pensar o capitalismo como um modo de produção meramente histórico pode sinalizar que os estudos sobre consciência de classe sejam uma contribuição para o agora. Para as demandas sistêmicas do presente momento. Sobre, nesse caso, como vem sendo tratado a classe na disputa básica por direitos regularizados de seguridade socialmente os trabalhadores.

A importância dessa análise demonstra sua complexidade teórica, a medida em que a consciência de classe na presente sociedade não se resume simplesmente ao caso do trabalhador informal. É necessário entender suas condições reais enquanto categoria, mas considerar as condições de uma categoria que pertence à uma classe caracteristicamente posta numa posição de explorada, porque entra como mera mercadoria no processo de produção.

A reificação é fenômeno central nas relações sociais do capitalismo moderno, de maneira que vem a ocultar, segundo Lukács (2003, p. 194), “todo o traço de sua essência fundamental: a relação entre homens”. Dessa maneira, o foco é observar como a mercadoria, enquanto elemento estruturante da lógica do capital, é capaz de induzir o modo de funcionamento da vida em termos subjetivos e objetivos dentro da sociedade. Sobre o processo de formação de tais relações, caracterizadas pelo fator da reificação, o autor ainda destaca:

Portanto a extensão da troca mercantil como forma dominante do metabolismo de uma sociedade não pode ser tratada como uma simples questão quantitativa – conforme os hábitos modernos de pensamento, já reificados sob a influência da forma mercantil dominante. A diferença entre uma sociedade em que a forma mercantil é a dominante que influencia decisivamente todas as manifestações da vida e uma sociedade em que ela aparece apenas episodicamente é, antes, uma diferença qualitativa. Pois o conjunto dos fenômenos, subjetivos e objetivos, das sociedades em questão adquire, de acordo com essa diferença, formas de objetividade qualitativamente diferentes (Lukács, 2003, p.195).

Assim sendo, é fundamental observar que essas relações são qualitativamente constituintes da sociedade. Esse caráter qualitativo implica na própria subordinação da

consciência do trabalhador para com as formas como a reificação se apresenta. A reificação da consciência passa então a expressar-se nas próprias relações objetificadas:

A metamorfose da relação mercantil num objeto dotado de “objetivação fantasmática” não pode, portanto, limitar-se a transformação em mercadoria de todos os objetos destinados à satisfação das necessidades. Ela exprime sua estrutura em toda a consciência do homem; as propriedades e as faculdades dessa consciência não se ligam mais somente à unidade orgânica da pessoa, mas aparecem como “coisas” que o homem pode “possuir” ou “vender”, assim como os diversos objetos do mundo exterior (Lukács, 2003, p. 222-223).

Os trabalhadores informais, dentro do ciclo mercadológico, são produtos das relações capitalistas. Eles são coisificados nesse processo de objetificação no qual se consolidou as relações de produção do trabalho e as relações de vida condicionadas por esse trabalho duplamente precarizado.

Por sua vez, ao considerar o fator histórico de formação do capitalismo, constata-se que as relações sociais não são em nada naturais, e vigoram seu funcionamento mediante a essência lógica do capital e do caráter de fetichização da mercadoria. Além de pensar o próprio social como antônimo de natural, trata-se de considerar que as relações humanas seriam genuínas de necessidades humanas, mas isso se impossibilita quando o homem formado pela categoria trabalho está numa sociedade que posiciona o trabalho em relações mercadológicas.

Dessa forma, a maneira pela qual Lukács encara o sujeito de classe deparado com a história o torna, ao mesmo tempo, um sujeito histórico-político. Capaz de diante das ideologias oriundas da produção das ideias do capitalismo, “figurar” nesta autorreflexão histórica “uma força emancipatória” para si enquanto classe; ao passo que também enquanto classe trabalhadora “é capaz, em princípio, de revelar o segredo do capitalismo como um todo” (Eagleton, 1997, p. 91). O autor enfatiza que:

Lukács percebe acertadamente que o contraste entre pontos de vista ideológicos meramente parciais, por um lado, e certas visões desapaixonadas da totalidade social, por outro, é radicalmente desorientador. Pois o que essa oposição deixa de levar em conta é a situação de grupos e classes oprimidas, que precisam obter alguma visão do sistema social como um todo e de seu lugar dentro dele simplesmente para darem-se conta de seus próprios interesses parciais e particulares (Eagleton, 1997, p. 92).

O interesse dos trabalhadores, mesmo que se dirijam de percepções subjetivas, precisam estar em consonância com suas condições objetivas de classe. Tratando-se de grupos de trabalhadores circunscrevendo num contexto geral seus interesses políticos de classe social.

5 CONCLUSÃO

Desta forma, é possível concluir que é necessário historicizar o fenômeno da informalidade como um elemento constituinte do desenvolvimento capitalista. Contribuindo para apontar este modo de produção como desenvolvido pelas tensões e relações de classe.

Ao tratar da consciência de classe dos trabalhadores informais de rua, considera-se as próprias condições objetivas como suscetíveis a fazê-los refletir sobre melhorias, já que a precariedade deste trabalho é vivenciada pelos mesmos. E a consciência de si passa a ser critério para um projeto político desse grupo de trabalhadores.

Sendo assim, o trabalhador informal de rua está diante de um contexto específico de condições de trabalho, mas que se trata de um contexto oriundo da totalidade do então modo de produção. E dessa forma, sua consciência de classe deve direcionar reivindicações

específicas, mas que esteja suscetível a compreender o caráter reificado das relações sociais que condicionam toda uma classe dentro desta sociedade.

Não basta simplesmente apontar as condições precárias do trabalho informal de rua, quando em alguns casos seus atores estão à procura de melhores rendimentos, mediante a desvalorização no meio formal. De maneira profunda, é necessário observar a luta de classe na disputa por mecanismos de poder como o Estado. O que implica apontar que a desvalorização da classe trabalhadora no meio formal é resultado dessa luta, e que não há nenhum direito historicamente assegurado ao trabalhador se este não estiver disposto a disputá-los conjuntamente.

A inserção do trabalhador na informalidade marca, por um lado, o sujeito que busca manter suas condições materiais de existência e, por outro, trabalhadores que buscam um maior rendimento financeiro. Mas, pode-se concluir que em todo caso há uma precariedade: no primeiro, obviamente a precariedade se expressa no trabalho realizado apenas para subsistência; e, no segundo caso, o trabalhador que mesmo obtendo uma maior renda do que obteria no meio formal, a precariedade se expressa na insegurança social do trabalho realizado. No mais, conclui-se que no processo histórico, a luta de classes garante ao capital a desvalorização do trabalhador mediante a perda dos direitos trabalhistas já conquistados.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Lisboa: Editorial Presença Martins Fontes, 1980.

APPOLINÁRIO, Fabio. **Metodologia da Ciência: filosofia e prática da pesquisa**. – São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

BRASIL. Lei Nº 13.467, de 13 de Julho de 2017. Dispõe de alteração a Consolidação das Leis Trabalhista, 2017.

CACCIAMALI, Maria Cristina. **Um estudo sobre o setor informal urbano e formas de participação na produção**. 1982. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

CEVASCO, Maria Elisa. **Prefácio**. In: JAMESON, F. **A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização**. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. – 2. ed. – São Paulo: Brasiliense 2008.

COGGIOLA, Osvaldo. **Teoria econômica marxista: uma introdução**. – 2. ed. – São Paulo: Boitempo, 2021.

CORCUFF, Philippe. **As novas sociologias construções da realidade social**. Bauru, SP:EDUSC, 2001.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. – 14. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

EAGLETON, Terry. **Ideologia. Uma Introdução**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997.

GIANNOTTI, José. **Considerações sobre o método**. In: MARX, K. **O capital: crítica da economia política, livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, p. 59-77, 2013.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. – São Paulo: Martins Fontes, 2003.

DE HOLANDA BARBOSA FILHO, Fernando; ULYSSEA, Gabriel; VELOSO, Fernando A. (Ed.). **Causas e consequências da informalidade no Brasil**. Elsevier, 2016.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. – 1. ed. – São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos filosóficos**. – [4. Reimpr.]. – São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. 10ª ed. EDITORA HUCITEC. São Paulo, 1996.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. Monthly Review, fev. 1998. Tradução: Alvaro Bianchi.

PARAÍBA (Estado), Câmara Municipal de Campina Grande. PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 004/2015. Ementa: Plano Diretor de Mobilidade Urbana. Disponível em: file:///C:/Users/higor/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/PlanMob_CG.pdf

TIENGO, Veronica Martins. **Rualização e informalidade: frutos do capitalismo**. – 1. ed. – Curitiba: Appris, 2020.

APÊNDICE

Questionário de entrevista

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PESQUISA INICIAÇÃO CIENTÍFICA
GRUPO DE PESQUISA TRABALHO, POLÍTICAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

1. Já teve outro trabalho?
Sim () Não ()
2. O sustento de sua família sai de seu trabalho?
Sim () Não ()
3. Como você descreve sua relação com os outros trabalhadores ao seu redor aqui no centro da cidade?

4. Qual a impressão que você tem sobre como os gestores públicos lidam com o seu trabalho aqui em uma das ruas centrais?
5. Como você avalia o seu trabalho em comparação com aqueles de carteira assinada?
6. Considerando o serviço que você presta em seu trabalho, como você descreve a importância dele para seus clientes?
7. Na hipótese de se reunir com os demais trabalhadores que também trabalham nesse mesmo espaço que você, o que você apontaria para ser melhorado para vocês trabalhadores do centro de Campina Grande?

ANOTAÇÕES DO PESQUISADOR:

Rua onde se deu a entrevista: _____

Turno da aplicação: _____

Tempo de aplicação: _____

Tipo de produto: _____

Ambulante: Sim ()

Fixo: Sim ()

AGRADECIMENTOS

A meus familiares, à minha companheira e seus familiares e a meus amigos pelo apoio nesta trajetória de formação.

À professora orientadora pelo incentivo para pesquisa na Iniciação Científica. Assim como aos demais professores do Departamento de Ciências Sociais da UEPB.

A todos que direto ou indiretamente contribuíram para minha permanência na cidade de Campina Grande e, conseqüentemente, permanência na Universidade.